

TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO**

Trata-se da **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LÚDICOS DE CONDICIONAMENTO FÍSICO INFANTIL**, conforme especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência, para atendimento às demandas dos municípios que compõem a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, por meio de Pregão Eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

2. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE*Tabela. Lote1 do Processo Licitatório*

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LÚDICOS DE CONDICIONAMENTO FÍSICO INFANTIL.	KIT	502

3. DESCRIÇÃO DO LOTE**3.1. LOTE 01 – EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LÚDICOS DE CONDICIONAMENTO FÍSICO INFANTIL (ACADEMIA)**

O LOTE 01 – EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LÚDICOS DE CONDICIONAMENTO FÍSICO INFANTIL deverá ser composto por:

3.1.1. BANCO SUPINO INFANTIL.

Destinado exclusivamente ao uso recreativo e educativo, projetado para o público infantil, não sendo caracterizado como equipamento de musculação profissional ou semiprofissional, nem permitindo a aplicação de carga real ou ajustes de resistência que ofereçam risco ao usuário. Possui estrutura confeccionada em aço estrutural resistente, devidamente revestida em PVC, garantindo maior durabilidade, resistência à corrosão, facilidade de higienização e segurança durante a utilização. O equipamento dispõe de sistema de barra superior com pesos simulados, de caráter exclusivamente lúdico e educativo, destinado apenas à simulação do movimento do exercício de supino, sem

configuração de carga real. A barra é fixa ou guiada, com limitação de amplitude de movimento, impedindo deslocamentos excessivos, desprendimentos acidentais ou qualquer possibilidade de adaptação para uso de pesos reais. Os elementos simuladores de peso são integrados ao equipamento, não removíveis, confeccionados em material leve e resistente, como espuma de alta densidade ou similar, vedada a substituição por cargas reais, água, areia ou qualquer outro material. O equipamento possui assento, encosto e áreas de apoio acolchoados, proporcionando conforto, estabilidade e segurança durante o uso, além de banco ajustável, permitindo adequação à estatura da criança sem comprometer a integridade estrutural. Permite a simulação lúdica de diferentes movimentos corporais, como supino, elevação de pernas e exercícios simulados com barra. As pegadas e apoios são ergonômicos, adequados às mãos infantis, com acabamento antiderrapante. Apresenta design lúdico e colorido, apropriado ao público infantil, com superfícies lisas, acabamento adequado, sem rebarbas, arestas cortantes, partes pontiagudas ou elementos que ofereçam risco. As dimensões aproximadas do equipamento são 90 cm de comprimento, 81 cm de largura e 77 cm de altura, com peso líquido aproximado de 9 kg. O conjunto de barra e pesos simulados possui peso total aproximado de 1,9 kg, sendo a barra com aproximadamente 900 g e os pesos simulados confeccionados em espuma, com peso aproximado de 283 g (grande), 142 g (médio) e 56 g (pequeno), todos fixos e não removíveis. O equipamento poderá exigir montagem simples, devendo acompanhar ferramentas básicas para montagem, como chave inglesa e chave de fenda Phillips, além de manual de instruções. Classifica-se como brinquedo educativo e equipamento de simulação, indicado para crianças, geralmente entre 3 e 8 anos, com foco no desenvolvimento da coordenação motora, estímulo à atividade física e promoção de hábitos saudáveis de forma segura e recreativa.

- Apresentar Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pelo INMETRO, no escopo de brinquedos;
- Relatórios de ensaio emitidos por laboratório acreditado pela CGCRE, contemplando os ensaios mecânicos, físicos e químicos aplicáveis;
- Laudo de Bordas Cortantes, Laudo de Pontas Agudas;
- Relatório de Ensaio de Formamida e Relatórios de Ensaio Elétrico.

3.1.2. ESTEIRA INFANTIL I

Destinado exclusivamente ao uso recreativo e educativo por crianças, não caracterizado como equipamento de ginástica profissional ou semiprofissional, nem destinado à avaliação de desempenho físico real. Possui estrutura metálica confeccionada

em aço estrutural, com resistência mecânica compatível com a finalidade proposta, integralmente revestida em PVC ou pintura protetiva equivalente, aplicada de forma uniforme, garantindo proteção contra corrosão, maior durabilidade, facilidade de higienização e segurança ao contato manual. A superfície de apoio para os pés é do tipo esteira ou moinho autopropulsado, acionado exclusivamente pelo movimento do usuário, sem motorização elétrica, com acabamento antiderrapante e elementos visuais lúdicos, permitindo a realização de atividades motoras leves com segurança e estabilidade. O equipamento dispõe de barras de apoio ergonômicas, dimensionadas para a estatura infantil, com revestimento acolchoado em espuma ou material equivalente, possibilitando melhor equilíbrio e apoio durante a utilização. A estrutura apresenta estabilidade estática e dinâmica compatível com a finalidade usuário. O equipamento deverá possuir módulo frontal superior do tipo painel ou visor simulador, integrado à estrutura, com finalidade exclusivamente educativa e recreativa, destinado à simulação ilustrativa de informações básicas relacionadas à atividade física, tais como tempo de uso recreativa, com base firme e sistema construtivo que evita deslocamentos involuntários durante o uso. O acabamento superficial é contínuo, liso e isento de rebarbas, arestas cortantes, cantos vivos, quinas expostas ou quaisquer elementos que possam representar risco à integridade física do ou contagem de movimentos, sem caráter profissional, sem exigência de precisão técnica ou calibração. O painel poderá conter componentes eletrônicos simples, devidamente encapsulados e protegidos, sem partes expostas, acionados por pilhas, não inclusas, com desligamento automático por inatividade. O referido módulo deverá estar firmemente fixado à estrutura, não podendo apresentar folgas ou elementos que comprometam a segurança do usuário. O design do equipamento deverá ser lúdico e colorido, adequado ao público infantil, sem constituir fator restritivo à competitividade do certame, desde que atendidas as características técnicas e funcionais mínimas. As dimensões aproximadas do equipamento deverão ser de cerca de 80 cm de comprimento, 65 cm de largura e 78 cm de altura, admitidas variações compatíveis com o processo de fabricação, e o peso líquido aproximado deverá ser de aproximadamente 13,4 kg. O equipamento é indicado para crianças a partir de 3 anos de idade, com capacidade máxima de uso recomendada de até 68 kg, sendo classificado como brinquedo educativo e equipamento de simulação, voltado ao estímulo da coordenação motora e da atividade física de forma segura e recreativa.

- Apresentar Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pelo INMETRO, no escopo de brinquedos;
- Apresentar Relatórios de Ensaio emitidos por laboratório acreditado pela CGCRE, contemplando os ensaios mecânicos, físicos e químicos aplicáveis; Laudo de

Bordas Cortantes, Laudo de Pontas Agudas;

- Apresentar Relatório de Ensaio de Formamida e Relatórios de Ensaio Elétrico.

3.1.3. BICICLETA ERGOMÉTRICA INFANTIL

Destinado exclusivamente ao uso recreativo e educativo por crianças, desenvolvido para estimular a coordenação motora, o equilíbrio, a movimentação corporal e a resistência física leve, sem finalidade de treinamento esportivo ou condicionamento físico profissional. O equipamento possui estrutura confeccionada em aço carbono de elevada resistência mecânica, adequada ao uso infantil, com acabamento externo revestido em PVC atóxico ou material equivalente, garantindo proteção contra corrosão, maior durabilidade, facilidade de higienização e segurança durante a utilização. O sistema de funcionamento é mecânico, acionado exclusivamente por meio de pedais, sem utilização de energia elétrica para tração, não possuindo sistema de carga, resistência progressiva, ajuste de esforço ou qualquer mecanismo que permita treinamento de alta intensidade, caracterizando-se exclusivamente como equipamento recreativo e de simulação infantil. Os pedais são confeccionados em material resistente, com superfície antiderrapante, assegurando aderência e estabilidade durante o uso. O assento apresenta formato anatômico, confeccionado em material sintético de alta resistência, com acabamento confortável e adequado à ergonomia infantil, podendo possuir ajuste de altura para melhor adaptação à estatura da criança, sem comprometer a segurança estrutural. O guidão é ergonômico, com empunhaduras revestidas em material emborrachado ou similar, permitindo apoio seguro das mãos e favorecendo o equilíbrio do usuário durante a atividade. O equipamento conta com base estabilizadora dotada de apoios emborrachados ou elementos antiderrapantes, garantindo estabilidade estática e dinâmica durante a utilização, minimizando riscos de deslocamento ou tombamento. Deverá possuir monitor educativo simples, mecânico ou eletrônico, integrado à estrutura, destinado exclusivamente à simulação ilustrativa da atividade física, podendo indicar tempo de uso e/ou contagem de movimentos, sem finalidade de medição precisa de desempenho esportivo, sem exigência de calibração técnica, podendo operar por meio de pilhas, não inclusas, com desligamento automático por inatividade. Todos os componentes apresentam acabamento uniforme, com superfícies lisas, isentos de rebarbas, quinas, arestas cortantes, partes pontiagudas ou parafusos salientes, atendendo aos requisitos mínimos de segurança aplicáveis a equipamentos infantis. As dimensões aproximadas do equipamento são de 55 cm de comprimento, 35 cm de largura e 70 cm de altura, com peso líquido aproximado de 7 kg, admitidas variações compatíveis com o processo de fabricação. O equipamento é indicado para crianças na faixa etária aproximada de 4 a 8

anos, com capacidade máxima de uso recomendada de até 48 kg, devendo ser fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de conservação, devidamente acondicionado em embalagem adequada para transporte e armazenamento, sendo classificado como brinquedo educativo e equipamento de simulação de baixo impacto, voltado ao estímulo da atividade física de forma segura e recreativa.

- Apresentar Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pelo INMETRO, no escopo de brinquedos;
- Apresentar Relatórios de Ensaio emitidos por laboratório acreditado pela CGCRE, contemplando os ensaios mecânicos, físicos e químicos aplicáveis; Laudo de Bordas Cortantes, Laudo de Pontas Agudas;
- Apresentar Relatório de Ensaio de Formamida e Relatórios de Ensaio Elétrico.

3.1.4. SIMULADOR DE CAMINHADA INFANTIL

Destinado exclusivamente ao uso recreativo e educativo por crianças, projetado para estimular a coordenação motora, o equilíbrio, a mobilidade dos membros inferiores e a prática de atividade física leve de forma segura e lúdica, não sendo caracterizado como equipamento de treinamento físico profissional ou de uso adulto. O equipamento possui estrutura confeccionada em aço de elevada resistência mecânica, compatível com a finalidade proposta, com acabamento revestido em PVC ou material polimérico equivalente, atóxico e resistente, garantindo maior durabilidade, proteção contra corrosão, facilidade de higienização e segurança durante a utilização. O equipamento é dotado de duas plataformas individuais para apoio dos pés, fabricadas em material resistente, com superfície antiderrapante, permitindo movimento alternado e pendular das pernas de forma controlada e natural, acionado exclusivamente pela ação do próprio usuário, sem utilização de sistema motorizado, sem acionamento elétrico, sem sistema de carga, resistência mecânica ajustável ou aceleração, caracterizando-se exclusivamente como equipamento recreativo infantil. O equipamento dispõe de barras verticais e horizontais integradas à estrutura, destinadas ao apoio das mãos, com empunhaduras revestidas em material emborrachado ou equivalente, assegurando firmeza, estabilidade e segurança durante o uso. A estrutura apresenta base ampla e estável, dotada de apoios emborrachados ou ponteiros antiderrapantes, minimizando riscos de deslocamento, tombamento ou instabilidade durante a utilização. Todos os componentes apresentam acabamento uniforme, com superfícies lisas, isentas de rebarbas, quinas, arestas cortantes, partes pontiagudas ou parafusos salientes, atendendo aos requisitos mínimos de segurança aplicáveis a equipamentos destinados ao público infantil. As dimensões

aproximadas do equipamento montado são de 68 cm de comprimento, 41 cm de largura e 85 cm de altura, admitidas variações compatíveis com o processo de fabricação. O produto deverá ser fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de conservação, devidamente acondicionado em embalagem tipo caixa, adequada para transporte e armazenamento.

- Apresentar Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pelo INMETRO, no escopo de brinquedos;
- Apresentar Relatórios de Ensaio emitidos por laboratório acreditado pela CGCRE, contemplando os ensaios mecânicos, físicos e químicos aplicáveis;
- Apresentar Laudo de Bordas Cortantes, Laudo de Pontas Agudas;
- Apresentar Relatório de Ensaio de Formamida e Relatórios de Ensaio Elétrico.

3.1.5. REMADOR INFANTIL I

Destinado exclusivamente ao uso recreativo e educativo por crianças, projetado para estimular a coordenação motora, a consciência corporal e a movimentação dos membros superiores, região abdominal e lombar, de forma segura e lúdica, não sendo caracterizado como equipamento de musculação, treinamento físico profissional ou de uso adulto. O equipamento possui estrutura confeccionada em aço tubular de alta resistência mecânica, compatível com a finalidade proposta, com acabamento em pintura eletrostática e revestimento externo em PVC atóxico ou material polimérico equivalente, garantindo maior durabilidade, resistência à corrosão, facilidade de higienização e segurança durante a utilização. O equipamento é dotado de sistema de amortecimento integrado, desenvolvido para absorção de impactos e suavização dos movimentos, reduzindo esforços excessivos nas articulações e proporcionando movimentos controlados, ergonômicos e adequados ao público infantil, sem aplicação de carga real, resistência ajustável ou esforço progressivo. Possui apoio anatômico acolchoado para o tronco, revestido em material sintético resistente, bem como pegadores e áreas de contato protegidos por espuma de alta densidade ou material equivalente, assegurando conforto, firmeza e prevenção de escorregamentos durante o uso. A base do equipamento é provida de ponteiros emborrachados ou elementos antiderrapantes, garantindo estabilidade estática e dinâmica, evitando deslocamentos involuntários durante a utilização. Todos os componentes apresentam acabamento uniforme, com superfícies lisas, isentas de rebarbas, quinas, arestas cortantes, partes pontiagudas ou parafusos salientes, atendendo aos requisitos mínimos de segurança aplicáveis a equipamentos destinados ao público infantil. As dimensões aproximadas do equipamento são de 90 cm de comprimento, 37 cm de largura e 65 cm de altura, com peso líquido aproximado de 8 kg, admitidas variações

compatíveis com o processo de fabricação. O produto deverá ser fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de conservação, devidamente acondicionado em embalagem tipo caixa, adequada para transporte e armazenamento, sendo classificado como brinquedo educativo e equipamento de simulação voltado à atividade física infantil de baixo impacto.

- Apresentar Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pelo INMETRO, no escopo de brinquedos;
- Apresentar Relatórios de Ensaio emitidos por laboratório acreditado pela CGCRE, contemplando os ensaios mecânicos, físicos e químicos aplicáveis;
- Apresentar Laudo de Bordas Cortantes, Laudo de Pontas Agudas;
- Apresentar Relatório de Ensaio de Formamida e Relatórios de Ensaio Elétrico.

3.1.6. REMADOR INFANTIL II

Destinado exclusivamente ao uso recreativo e educativo por crianças, desenvolvido para estimular a prática de atividade física leve de forma segura e lúdica, promovendo a coordenação motora, a resistência física leve, o fortalecimento global da musculatura e o desenvolvimento da consciência corporal, não sendo caracterizado como equipamento de treinamento físico profissional, semiprofissional ou de uso adulto. Indicado para utilização em ambientes educacionais, recreativos e institucionais, tais como escolas, creches, centros educacionais, parques, brinquedotecas e projetos sociais. O equipamento possui estrutura confeccionada em aço carbono de alta resistência mecânica, compatível com a finalidade proposta, garantindo robustez, estabilidade e durabilidade mesmo em uso contínuo infantil. O acabamento é realizado por meio de pintura eletrostática e/ou revestimento em PVC ou material polimérico equivalente, atóxico, proporcionando proteção contra corrosão, impactos mecânicos, desgaste natural e facilitando a higienização. O equipamento é composto por assento anatômico acolchoado, confeccionado em material sintético resistente, proporcionando conforto durante a utilização, bem como apoios para os pés com superfície antiderrapante, assegurando posicionamento adequado e maior segurança ao usuário. Dispõe de sistema de movimento deslizante com amortecimento integrado, desenvolvido para permitir a execução de movimentos suaves, contínuos e controlados, reduzindo impactos articulares e esforços excessivos, tornando o exercício adequado ao público infantil, sem aplicação de carga real, resistência progressiva, ajuste de tensão ou mecanismo hidráulico de esforço. Conta com manopla frontal ergonômica, revestida em material emborrachado ou equivalente, oferecendo firmeza na pegada, conforto e melhor controle durante os movimentos de remada. A base do equipamento é provida de ponteiros antiderrapantes,

garantindo estabilidade estática e dinâmica, evitando deslocamentos involuntários durante o uso. O equipamento poderá dispor de relógio ou marcador de atividade simples, mecânico ou eletrônico, integrado à estrutura, com finalidade exclusivamente educativa e ilustrativa, destinado à simulação do tempo de uso ou contagem de movimentos, sem exigência de precisão técnica, calibração ou avaliação de desempenho esportivo. Todos os componentes apresentam acabamento uniforme, com superfícies lisas, isentas de rebarbas, quinas, arestas cortantes, partes pontiagudas ou parafusos salientes, atendendo aos requisitos mínimos de segurança aplicáveis a equipamentos destinados ao público infantil. O design é lúdico e colorido, apropriado à faixa etária infantil, incentivando o uso espontâneo e a prática de atividades físicas de baixo impacto de forma recreativa e educativa. As dimensões aproximadas do equipamento são de 100 cm de comprimento, 37 cm de largura e 65 cm de altura, admitidas variações compatíveis com o processo de fabricação. O produto deverá ser fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de conservação, devidamente acondicionado em embalagem adequada para transporte e armazenamento, podendo exigir montagem simples, com ferramentas inclusas.

- Apresentar Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pelo INMETRO, no escopo de brinquedos;
- Apresentar Relatórios de Ensaio emitidos por laboratório acreditado pela CGCRE, contemplando os ensaios mecânicos, físicos e químicos aplicáveis;
- Apresentar Laudo de Bordas Cortantes, Laudo de Pontas Agudas;
- Apresentar Relatório de Ensaio de Formamida e Relatórios de Ensaio Elétrico.

3.1.7. ESTEIRA INFANTIL II

Estrutura deverá ser fabricada em aço carbono de alta resistência, com revestimento externo em PVC ou material polimérico equivalente, proporcionando proteção anticorrosiva, durabilidade e segurança ao usuário. A esteira deverá possuir plataforma de caminhada fixa, sem sistema motorizado, sem acionamento elétrico e sem resistência mecânica ajustável, caracterizando-se exclusivamente como equipamento de simulação de caminhada, vedado o uso para treinamento físico de alta intensidade ou desempenho esportivo. O deslocamento do usuário deverá ocorrer de forma natural e controlada, sem mecanismos de aceleração. O equipamento deverá contar com corrimãos laterais e frontais integrados à estrutura, revestidos em material emborrachado ou sintético, permitindo apoio contínuo das mãos, contribuindo para a estabilidade, equilíbrio e segurança da criança durante a utilização. O design deverá apresentar altura compatível com o público infantil, sem partes móveis expostas, engrenagens aparentes ou

componentes cortantes. A base deverá ser equipada com rodízios ou apoios com revestimento em material resistente, permitindo mobilidade controlada e posicionamento adequado do equipamento, bem como estabilidade durante o uso. Todos os elementos estruturais deverão possuir acabamento uniforme, sem rebarbas, quinas, arestas vivas ou parafusos salientes, atendendo aos requisitos de segurança aplicáveis a equipamentos infantis. O equipamento deverá ser projetado para uso recreativo e educativo, não permitindo ajuste de velocidade, inclinação ou carga, e não possuindo qualquer sistema eletrônico, painel digital, display, cronômetro ou medidor de desempenho, garantindo simplicidade operacional e segurança. Dimensões aproximadas do equipamento montado: 82 cm de comprimento, 63 cm de largura e 98 cm de altura. Peso líquido aproximado de 18 kg. O equipamento deverá ser acondicionado em embalagem tipo caixa, adequada ao transporte e armazenamento.

- Apresentar Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pelo INMETRO, no escopo de brinquedos;
- Apresentar Relatórios de Ensaio emitidos por laboratório acreditado pela CGCRE, contemplando os ensaios mecânicos, físicos e químicos aplicáveis;
- Apresentar Laudo de Bordas Cortantes, Laudo de Pontas Agudas;
- Apresentar Relatório de Ensaio de Formamida e Relatórios de Ensaio Elétrico.

3.1.8. SIMULADOR DE REMADA / EXTENSÃO CORPORAL

Equipamento de ginástica infantil destinado ao desenvolvimento da coordenação motora, força muscular, resistência física e consciência corporal, indicado para uso em ambientes educacionais, recreativos e esportivos, como escolas, centros educacionais, projetos sociais e espaços de atividades físicas infantis. Fabricado com estrutura em aço carbono de alta resistência, com acabamento em pintura eletrostática e/ou revestimento em PVC, proporcionando maior durabilidade, proteção contra oxidação e segurança durante o uso. Possui base larga e estável, com apoios antiderrapantes que garantem firmeza ao equipamento durante a execução dos movimentos. Conta com sistema mecânico de tração e amortecimento, permitindo movimentos suaves, contínuos e controlados, reduzindo impactos nas articulações e proporcionando maior conforto e segurança às crianças. O sistema de amortecimento auxilia no controle da carga corporal, favorecendo o uso adequado para o público infantil. O equipamento dispõe de assento anatômico, confeccionado em material resistente e confortável, com superfície lisa e de fácil higienização. Possui pegadores ergonômicos com revestimento em material emborrachado, garantindo melhor aderência e segurança no manuseio, além de apoios

para os pés com formato anatômico e cintas de fixação, proporcionando correta postura durante o exercício. Indicado para exercícios de membros superiores, inferiores e core, promovendo fortalecimento muscular, coordenação bilateral, equilíbrio e estímulo à prática de atividade física de forma lúdica e segura. Dimensões aproximadas: 110 x 105 x 50 cm.

- Apresentar Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pelo INMETRO, no escopo de brinquedos;
- Apresentar Relatórios de Ensaio emitidos por laboratório acreditado pela CGCRE, contemplando os ensaios mecânicos, físicos e químicos aplicáveis;
- Apresentar Laudo de Bordas Cortantes, Laudo de Pontas Agudas;
- Apresentar Relatório de Ensaio de Formamida e Relatórios de Ensaio Elétrico.

3.1.9. ROTADOR DE CINTURA COM APOIO

Equipamento de ginástica infantil desenvolvido para promover o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio, consciência corporal e fortalecimento da musculatura do tronco e membros inferiores, indicado para uso em ambientes educacionais, recreativos e esportivos. Fabricado com estrutura em aço carbono de alta resistência, garantindo robustez, estabilidade estrutural e longa vida útil. Possui acabamento em pintura eletrostática e/ou revestimento em PVC, oferecendo proteção contra corrosão, desgaste mecânico e impactos, além de facilitar a limpeza e manutenção. O equipamento conta com plataforma circular rotatória, confeccionada em material resistente, com superfície antiderrapante texturizada, proporcionando segurança durante o uso e evitando escorregamentos. O sistema de rotação permite movimentos suaves e contínuos, estimulando exercícios de rotação de quadril e tronco de forma segura e controlada para o público infantil. Dispõe de apoio superior ergonômico em formato circular, com revestimento em material emborrachado, garantindo firmeza na pegada, conforto e estabilidade durante a execução dos exercícios. A base é equipada com ponteiros antiderrapantes, assegurando maior aderência ao solo e evitando deslocamentos indesejados durante o uso. Indicado para atividades físicas de baixo impacto, contribuindo para o desenvolvimento motor, equilíbrio, coordenação bilateral, fortalecimento do core e estímulo à prática de atividade física de maneira lúdica e segura. Dimensões aproximadas: 52 x 38 x 100 cm.

- Apresentar Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pelo INMETRO, no escopo de brinquedos;
- Apresentar Relatórios de Ensaio emitidos por laboratório acreditado pela CGCRE,

contemplando os ensaios mecânicos, físicos e químicos aplicáveis;

- Apresentar Laudo de Bordas Cortantes, Laudo de Pontas Agudas;
- Apresentar Relatório de Ensaio de Formamida e Relatórios de Ensaio Elétrico.

3.1.10. CONJUNTO DE HALTERES

Composto por barra central e discos removíveis, confeccionado em material resistente, leve e seguro, com acabamento liso, bordas arredondadas e cores vivas, proporcionando maior atratividade visual e segurança durante o manuseio. A barra possui revestimento acolchoado em espuma macia e resistente, oferecendo conforto, melhor aderência e proteção durante o uso. Os discos são encaixáveis, permitindo montagem simples, prática e segura. O produto é indicado para atividades físicas leves, desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio, recreação orientada e introdução ao exercício físico, não sendo destinado a fins competitivos ou de musculação tradicional. O conjunto é composto, no mínimo, por uma barra acolchoada, dois discos grandes, dois discos médios e dois discos pequenos, totalizando peso aproximado de 900 g, considerando barra e discos. A barra possui comprimento aproximado de 75 cm e os discos apresentam peso individual aproximado de 22,7 g para os discos pequenos, 54 g para os discos médios e 90,7 g para os discos grandes. O material deve ser polímero resistente e atóxico, ou equivalente, com espuma de proteção na barra, apresentando acabamento em superfícies lisas, sem rebarbas ou partes cortantes, com cantos arredondados. As cores devem ser variadas e vivas, conforme disponibilidade do fabricante. As dimensões aproximadas do produto são 0,060 m de altura, 0,260 m de largura e 0,760 m de comprimento. O produto deve ser novo, sem uso, sem avarias, adequado ao uso infantil, fabricado com material leve, não metálico e não cortante, sem peças pequenas que ofereçam risco de ingestão, atendendo aos requisitos mínimos de segurança para utilização por crianças.

- Apresentar Certificado de Conformidade emitido por OCP acreditado pelo INMETRO, no escopo de brinquedos;
- Apresentar Relatórios de Ensaio emitidos por laboratório acreditado pela CGCRE, contemplando os ensaios mecânicos, físicos e químicos aplicáveis;
- Apresentar Laudo de Bordas Cortantes, Laudo de Pontas Agudas;
- Apresentar Relatório de Ensaio de Formamida e Relatórios de Ensaio Elétrico.

3.2. O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, todos os certificados, laudos e relatórios de ensaios e demais documentos comprobatórios de conformidade relativos aos produtos ofertados.

A não apresentação integral da documentação exigida implicará na imediata desclassificação do licitante, por impossibilitar a adequada análise técnica da proposta e o devido enquadramento das especificações ao objeto licitado.

- *Justificativa jurídica e técnica*

A exigência de apresentação prévia dos certificados fundamenta-se:

a) Justificativa jurídica

- **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021): a Administração deve exigir dos licitantes o cumprimento rigoroso das condições estabelecidas no edital, garantindo isonomia e segurança jurídica.**
- **Princípio do Julgamento Objetivo (art. 5º, §1º, da Lei nº 14.133/2021): a análise das propostas deve ocorrer com base em critérios previamente definidos. Sem os documentos técnicos, não é possível aferir objetivamente a aderência da proposta às especificações.**
- **Princípio da Eficiência e da Seleção da Proposta Mais Vantajosa (art. 11 da Lei nº 14.133/2021): a verificação documental prévia assegura que apenas produtos tecnicamente adequados e certificados sejam considerados.**
- **Dever de instrução adequada do processo administrativo (art. 53 da Lei nº 9.784/1999): a Administração deve reunir todos os elementos necessários para a tomada de decisão.**

b) Justificativa técnica

- **Os certificados, relatórios e laudos permitem comprovar a conformidade técnica dos produtos com as especificações do edital, garantindo qualidade, segurança e desempenho.**
- **A documentação é essencial para verificação de compatibilidade, rastreabilidade, padronização e mitigação de riscos técnicos.**
- **A ausência desses documentos inviabiliza a análise comparativa entre propostas e impede a Administração de assegurar que o objeto ofertado atende aos requisitos mínimos exigidos.**
- **A apresentação prévia evita posteriores inconsistências, entregas inadequadas**

e riscos contratuais, preservando a economicidade e a eficiência do processo.

4. DO LOCAL

4.1. O fornecimento do objeto ora licitado se dará dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios, compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos, através da emissão da Ordem de Fornecimento.

Tabela 1 Municípios Consorciados à AMESP

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ALBERTINA
ALFENAS
ANDRADAS
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAMANDUCAIA
CAMBUÍ
CAREAÇU
CONCEIÇÃO DOS OUROS
CONGONHAL
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
EXTREMA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
OURO FINO
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
POUSO ALEGRE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR JOSÉ BENTO
SILVIANÓPOLIS
TURVOLÂNDIA

5. DOS PRAZOS.

5.1. O prazo para o fornecimento dos itens será de **até 45 (quarenta e cinco) dias**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, a ser emitida pelo Município.

5.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, na forma do artigo 84 da lei nº 14.133/2021, se for vantajoso para os municípios consorciados, permitida a negociação com a Detentora da Ata de Registro de Preços ou a extinção desta sem ônus para qualquer das partes.

5.3. O prazo de vigência do Contrato será de até 1 (um) ano a partir da sua assinatura.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Face ao disposto na Lei nº 14.133/2021, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões do valor inicial.

6.2. O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica dele.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.

7.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

7.2. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

7.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

8. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

8.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

8.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

8.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

8.4. Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

8.5. Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

8.6. Comunicar à empresa contratada, por escrito, a respeito da supressão ou do acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

9.2. Poderá ser solicitada(s) cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) as informações dos atestados apresentados, por meio de diligências.

10. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.

10.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro dos últimos 30 (trinta) dias antecedentes à data de abertura desta licitação ou segundo as disposições contidas no documento acerca do prazo de validade dele.

10.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC (apresentar a Certidão de Habilitação Profissional junto com o Balanço), que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE

PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

10.3. Documento assinado por profissional legalmente habilitado (contador) demonstrando que a empresa apresenta “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados: a) Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

10.3.1. SOCIEDADES

10.3.1.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima – S/A)

- Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Publicados em Diário Oficial; e,
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.3.1.2. Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou,
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.3.1.3. Sociedade criada no exercício em curso:

- Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.3.2. A comprovação da boa situação financeira da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta: “Índice de Liquidez Geral (ILG)”, “Índice de Solvência Geral

(*ISG*)” e “Índice de Liquidez Corrente (*ILC*)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

- Índice de Liquidez Corrente (*ILC*) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

- Índice de Solvência Geral (*ISG*) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

- Índice de Liquidez Geral (*ILG*) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$$

Onde, *AC*=Ativo Circulante, *PC*=Passivo Circulante, *ARLP*=Ativo Realizável a Longo Prazo, *PELP*= Passivo Exigível a Longo Prazo e *AT*=Ativo Total.

10.3.2.1. Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

10.3.2.2. As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;

10.3.2.3. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

10.3.2.4. Comprovação do Capital Social ou Patrimônio Líquido no mínimo de 5% do valor estimado da contratação, independente dos índices.

Justificativa:

Os índices econômicos indicados na Lei nº 14.133/21, notadamente no artigo 69, destinam-se, exclusivamente, à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral

do contrato.

O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentassem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

OBS.: Apenas os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar o Balanço Patrimonial, pela aplicação do disposto no 18-A c/c 68, ambos da Lei LC nº 123/06.

11. DA POSSIBILIDADE DE CARONA

11.1. Será facultado aos órgãos ou entidades não participantes a utilização desta ata de Registro de Preços.

11.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório, quando desejarem, poderão fazer uso da Ata de Registro de Preços, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do ÓRGÃO.

11.3. O total das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo do item registrado na ata de registro de preço do órgão gerenciador.

11.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações assumidas com o ÓRGÃO.

11.5. Compete ao órgão que aderiu à Ata de Registro de Preços a prática dos atos relativos à cobrança do cumprimento pelo prestador das obrigações contratualmente assumidas, observada a ampla defesa e o contraditório, das penalidades previstas no Edital, em relação às suas próprias contratações, informando a ocorrência ao ÓRGÃO.

11.6. Fica a cargo do representante do ÓRGÃO, manifestar sobre as possibilidades de carona à ata de registro de preços.

12. DOS VALORES E PAGAMENTOS.

12.1. DO VALOR.

12.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 21.649.583,32 (vinte e um milhões seiscentos e quarenta e nove mil**

quinhentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos), que representa o total da prestação dos serviços dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Termo.

12.2. DO PAGAMENTO.

12.2.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, desde que atendidas às condições previstas neste edital e no termo de referência, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

12.2.2. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

12.2.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

12.2.4. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

12.2.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Órgão Participante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

12.2.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

13. DO CRITERIO DE JULGAMENTO.

13.1. Menor Preço Global (Por Lote).

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. Fraudar a licitação;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.7.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das

responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens **14.1.1**, **14.1.2** e **14.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens **14.1.4**, **14.1.5**, **14.1.6**, **14.1.7** e **14.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Fornecedora o

contraditório e a ampla defesa.

14.8. O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado no sistema, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

15. DA JUSTIFICATIVA.

O **Consórcio AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**, no exercício das competências que lhe são atribuídas por seu estatuto e pela legislação aplicável aos consórcios públicos, tem por finalidade promover ações integradas destinadas ao atendimento das demandas e prioridades dos municípios consorciados, com vistas ao fortalecimento do desenvolvimento regional.

Nesse contexto, insere-se a realização de estudos técnicos voltados à identificação de problemas comuns, bem como a formulação e condução de procedimentos licitatórios que permitam a otimização de recursos públicos por meio da economia de escala, especialmente para a aquisição de bens e serviços essenciais à implementação e ao aprimoramento das políticas públicas educacionais.

A presente contratação encontra fundamento na necessidade de:

1. Contextualização da Demanda

Os municípios consorciados ao **Consórcio AMESP** vêm implementando políticas públicas voltadas à melhoria da infraestrutura educacional e ao fortalecimento das práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral das crianças. Nesse contexto, a modernização dos espaços educacionais — especialmente aqueles destinados às atividades físicas, recreativas e psicomotoras — tornou-se prioridade.

A aquisição de **equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil** atende diretamente às necessidades identificadas pelas Secretarias Municipais de Educação, ampliando a oferta de ambientes seguros, inclusivos e estimulantes para o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças.

2. Justificativa Técnica

2.1. Relevância Pedagógica e de Desenvolvimento Infantil

Os equipamentos lúdicos de condicionamento físico infantil contribuem para:

- Desenvolvimento da coordenação motora ampla e fina;
- Estímulo à socialização e ao trabalho em grupo;
- Promoção da saúde e prevenção do sedentarismo;
- Melhoria da atenção, disciplina e desempenho escolar;
- Inclusão de crianças com diferentes níveis de habilidade;

Esses benefícios estão alinhados às diretrizes da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, que prevê o desenvolvimento integral da criança, incluindo aspectos motores, emocionais e sociais.

2.2. Modernização dos Espaços Educacionais

A modernização dos ambientes escolares é uma demanda crescente, especialmente em escolas públicas que buscam:

- Atualizar equipamentos obsoletos;
- Adequar espaços às normas de segurança e acessibilidade;
- Criar ambientes atrativos que favoreçam a permanência e o engajamento dos alunos
- Integrar práticas pedagógicas inovadoras;

Os equipamentos a serem adquiridos são projetados para uso infantil, com materiais adequados, certificações de segurança e durabilidade compatíveis com o uso contínuo em ambientes escolares.

2.3. Padronização e Ganho de Escala

A aquisição compartilhada pelo Consórcio AMESP permite:

- Padronização dos equipamentos entre os municípios;
- Redução de custos unitários por ganho de escala;
- Simplificação dos processos administrativos;
- Maior eficiência logística e de distribuição;
- Atendimento simultâneo e equitativo aos entes consorciados.

3. Justificativa Jurídica

3.1. Competência do Consórcio Público

A Lei nº **11.107/2005** e o Decreto nº **6.017/2007** autorizam consórcios públicos a realizar licitações compartilhadas para atender seus entes consorciados, especialmente quando:

- Há interesse comum;

- A contratação conjunta gera economia e eficiência;
- A natureza do objeto é compatível com a atuação consorciada;

A aquisição de equipamentos para modernização de espaços educacionais se enquadra plenamente nesses critérios.

3.2. Fundamentação na Lei de Licitações

A contratação será realizada conforme a **Lei nº 14.133/2021**, que prevê:

- **Art. 3º** – A busca pela eficiência, economicidade e padronização;
- **Art. 5º** – Planejamento como etapa obrigatória, incluindo justificativa técnica e estudo preliminar;
- **Art. 14** – Possibilidade de contratações centralizadas por entidades como consórcios públicos;
- **Art. 40** – Utilização de registro de preços quando conveniente (se aplicável).

A licitação compartilhada atende ao princípio da economicidade e da eficiência, reduzindo custos e otimizando recursos públicos.

3.3. Interesse Público e Finalidade Educacional

A aquisição atende ao interesse público ao:

- Promover políticas de educação integral;
- Garantir ambientes adequados e seguros para crianças;
- Apoiar o desenvolvimento físico e psicossocial;
- Cumprir metas de qualidade da educação previstas em legislações federais e municipais.

4. Conclusão

Diante do exposto, a **aquisição de equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil**, por meio de **licitação compartilhada realizada pelo Consórcio AMESP**, mostra-se:

- **Tecnicamente necessária**, para modernizar os espaços educacionais e promover o desenvolvimento integral das crianças;
- **Juridicamente amparada**, conforme a legislação vigente sobre consórcios públicos e licitações;
- **Economicamente vantajosa**, pela padronização e ganho de escala;
- **Socialmente relevante**, ao fortalecer políticas públicas de educação e inclusão;

Assim, justifica-se plenamente a abertura do processo licitatório para atender de forma eficiente e integrada os municípios consorciados.

15.1. QUANTO ÀS EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

*O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que a **formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos***

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

A Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...] (Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam

prestar os serviços, reduziria o número de licitantes.

15.2. QUANTO AO PREÇO GLOBAL

O objeto foi reunido em LOTE por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estarem integrados os diversos itens, pelas características de soluções desta natureza.

Dada a peculiaridade dos objetos, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.

Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o seu valor estimado.

Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.

Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global por lote. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

Pouso Alegre/MG, aos 28 de abril de 2026.

Moacir Franco
Diretor Executivo AMESP

ANEXO 01 – QUANTITATIVO POR MUNICÍPIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Para a definição dos quantitativos estimados referentes aos itens de **equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil**, adotou-se como parâmetro o número de escolas e demais unidades de ensino municipais em funcionamento, bem como o quantitativo de alunos matriculados para o ano de 2025. Considerou-se, ainda, o número aproximado de salas de aula, obtido mediante a divisão do total de estudantes por 30 (estimativa média de alunos por sala). As informações utilizadas têm como fonte os dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, consultados na base pública **Catálogo de Escolas** (acesso em 25/03/2026), disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-infomacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-d-escolas>, bem como os dados do **Censo Escolar**, disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>.

1.2. O estudo técnico concluiu que cada município poderá proceder à aquisição de até dois kits's de **equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil**, para suas respectivas unidades de ensino, competindo ao ente municipal selecionar aqueles que melhor atendam às necessidades pedagógicas, estruturais e operacionais locais. Dessa forma, cada escola poderá ser contemplada com os referidos itens, desde que observados os critérios técnicos, administrativos e orçamentários pertinentes, em conformidade com a legislação aplicável e com as diretrizes estabelecidas no presente instrumento.

1.3. No exame técnico dos quantitativos constatou-se o seguinte:

a) Ampliação da Capacidade de Atendimento

- Uma única academia lúdica não comporta, de forma adequada, o fluxo diário de estudantes, especialmente em escolas com múltiplos turnos.
- Duas unidades permitem **rodízio eficiente**, evitando superlotação e garantindo que todas as turmas tenham acesso regular às atividades.
- A duplicidade reduz o tempo ocioso e aumenta a **taxa de utilização pedagógica** do equipamento.

b) Atendimento Simultâneo a Diferentes Faixas Etárias

- As escolas consorciadas atendem perfis variados: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II.

- Cada faixa etária possui **necessidades motoras, cognitivas e lúdicas específicas**.
- Com duas academias, é possível:
 - Destinar uma para crianças menores (atividades psicomotoras básicas).
 - Destinar outra para alunos maiores (coordenação complexa, desafios motores, jogos estruturados).
- Isso evita conflitos de uso e garante **adequação pedagógica**.

c) Distribuição Estratégica no Espaço Escolar

- Muitas escolas possuem áreas amplas ou blocos separados.
- Duas academias permitem:
 - Instalação em pontos distintos, reduzindo deslocamentos internos.
 - Maior integração com diferentes setores (quadra, pátio, bloco pedagógico).
- Isso melhora a **logística escolar** e aumenta a segurança no fluxo de alunos.

d) Fortalecimento do Desenvolvimento Integral

As academias lúdicas não são apenas espaços recreativos; elas atuam no desenvolvimento: Com duas unidades, a escola pode **diversificar atividades**, criando ambientes temáticos ou focados em habilidades distintas, ampliando o impacto pedagógico.

e) Flexibilidade para Projetos Pedagógicos e Extracurriculares

- Duas academias permitem que a escola realize:
 - Projetos simultâneos (ex.: psicomotricidade + recreação orientada).
 - Atividades no contraturno.
 - Atendimentos específicos para alunos com necessidades especiais.
- Isso fortalece o papel da escola como **polo comunitário de promoção da saúde e do esporte**.

f) Inclusão e Atendimento a Estudantes com Necessidades Especiais

- Uma única academia pode não ser suficiente para adaptar atividades inclusivas.
- Com duas unidades, é possível:
 - Reservar uma para atividades adaptadas.
 - Garantir acessibilidade plena sem comprometer o uso geral.

- Isso reforça o compromisso com a **educação inclusiva**, alinhada às diretrizes do MEC.

g) Melhoria dos Indicadores Educacionais

Estudos mostram que atividades motoras regulares contribuem para:

- Redução da evasão escolar.
- Melhora da atenção e desempenho acadêmico.
- Diminuição de comportamentos agressivos.
- Aumento da motivação e engajamento.

Duas academias ampliam a frequência e a qualidade das atividades, impactando diretamente os **indicadores de aprendizagem e convivência**.

h) Redundância Operacional e Durabilidade

- Equipamentos lúdicos sofrem desgaste natural.
- Com duas unidades:
 - Uma pode ser utilizada enquanto a outra passa por manutenção.
 - Reduz-se o risco de interrupção total das atividades.
- Isso garante **continuidade do serviço** e maior vida útil dos equipamentos.

i) Atende às Diretrizes de Políticas Públicas de Esporte e Saúde

A implantação de duas academias por escola está alinhada com:

- Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).
- Diretrizes de Educação Integral.
- Programas de combate ao sedentarismo infantil.
- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 e 4).

A duplicidade reforça o compromisso dos entes consorciados com **políticas públicas de impacto real**.

j) Conclusão Técnica

A instalação de **duas academias esportivas lúdicas por escola** não é um excesso, mas uma **necessidade operacional, pedagógica e estratégica**. Ela garante:

- Maior capacidade de atendimento.
- Inclusão e acessibilidade.

- Adequação às diferentes faixas etárias.
- Flexibilidade pedagógica.
- Continuidade das atividades.
- Melhoria dos indicadores educacionais.
- Fortalecimento da saúde e do desenvolvimento integral.

Assim, a duplicidade das academias representa um **investimento eficiente**, com retorno direto na qualidade da educação e no bem-estar dos estudantes dos entes consorciados à AMESP.

2. QUANTITATIVOS DE ESCOLAS E OU UNIDADES DE ENSINO POR MUNICÍPIO

Tabela 2. Nº de Escolas e/ou Instituições de Ensino Municipal, Nº de alunos matriculados na rede municipal e Nº aproximado de salas de aula da rede municipal.

MUNICÍPIOS	Nº de escolas municipais	Nº de Aluno Matriculados	Nº aproximado de salas de aula por escola
Albertina	3	553	18
Alfenas	26	6589	220
Andradas	15	3349	112
Bueno Brandão	4	773	26
Cachoeira de Minas	5	1188	40
Camanducaia	13	3394	113
Cambuí	14	2765	92
Careaçú	2	649	22
Conceição dos Ouros	7	1128	38
Congonhal	3	1070	36
Espírito Santo do Dourado	5	846	28
Estiva	6	721	24
Extrema	22	10697	356
Inconfidentes	4	537	18
Ipuiúna	5	818	27
Jacutinga	15	4257	142
Monte Sião	13	3242	108
Ouro Fino	11	1812	64
Paraisópolis	6	1550	52
Poço Fundo	8	1237	41
Pouso Alegre	35	13761	459

Santa Rita do Sapucaí	15	4026	134
São Bento Abade	3	638	21
São Sebastião da Bela Vista	5	817	27
Senador José Bento	2	166	5
Silvianópolis	2	536	18
Turvolândia	2	671	22
TOTAL	251	67790	2263

3. QUANTITATIVO FINAL DE CADA LOTE

Tabela 3. Quantitativo final do lote.

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LÚDICOS DE CONDICIONAMENTO FÍSICO INFANTIL.	KIT	502